

MODALIDADES DO ATO NA PARTICULARIDADE DA ADOLESCÊNCIA

Carla Almeida Capanema e Angela Vorcaro

Carla Almeida Capanema

Psicóloga,
psicanalista,
doutoranda
em Estudos
Psicanalíticos
pela Universidade
Federal de Minas
Gerais (UFMG),
bolsista da Capes,
correspondente da
Escola Brasileira de
Psicanálise — Seção
Minas Gerais (EBP-
MG).

Angela Vorcaro

Professora adjunta
do Departamento de
Psicologia, Fafich/
UFMG, psicanalista,
membro da
Association
Lacanienne
Internationale,
doutora em
Psicologia Clínica
(PUC-SP).

RESUMO: A adolescência, como momento singular, manifesta-se sob modalidades distintas de ato praticadas pelo sujeito frente ao encontro com o real e diante da ausência de referências simbólicas, suscitando o ato como algo que marca um antes e um depois — um atravessamento. Este ato surge como uma tentativa de inscrição, fazendo-se necessário recuperar sua função quando a banalização o apaga. Busca-se aqui levantar e desenvolver uma hipótese acerca dessas modalidades de ato e trazer um exemplo de atendimento de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, apostando que o ato infracional possa vir a ser propiciador de uma retificação subjetiva quando apoiado por um operador do simbólico.

Palavras-chave: Adolescência, função do pai, passagem ao ato, acting out, simbólico.

ABSTRACT: Modalities of act in the particularity of the adolescence period. Adolescence, as a singular moment, takes place in distinct modes of action applied by the subject before the meeting with the real and due to the absence of symbolic references, giving rise to the act as something that marks a before and an after — a crossing. This act comes as an attempt to inscription, making necessary to recover its function when the routine extinguishes it. This article aims to raise and develop a hypothesis about these modalities of act and shows an example of attendance care of a teenager in fulfillment of a socio-educational measure, betting that these acts might be promising as a subjective rectification when supported by an operator of the symbolic.

Keywords: Adolescence, function of father, passing to the act, acting out, symbolic.

Ainda que não esteja entre os temas tradicionalmente ligados à psicanálise, a adolescência, de início mesclada à puberdade — que a restringia a uma fase do desenvolvimento biológico — foi, mais tarde, atrelada a uma categoria subjetiva, fomentando a problematização psicanalítica da condição adolescente. À medida que os efeitos da incidência da adolescência na constituição subjetiva e no laço social mostraram cavilhas contundentes na articulação do sujeito com a civilidade de sua época, a adolescência ganhou relevância para a psicanálise. Afinal, a compleição corporal e o encontro com o outro sexo, incidentes na adolescência, possibilitam abordar diretamente e tornar realizável o que, até então, restringira-se ao plano da fantasia e da expectativa.

DA PUBERDADE À ADOLESCÊNCIA

Uma das mais importantes e originais contribuições para o conhecimento humano foi escrita por Freud (1905/1989) sob o título de *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. O terceiro ensaio trata das transformações da puberdade e sua repercussão na vida mental do sujeito, que, diante de uma nova onda libidinal e de já se haver instituído na latência a barreira do incesto, terá que realizar um imenso trabalho psíquico: definição da configuração decisiva da vida sexual, organizando as pulsões parciais sob o estabelecimento da primazia dos genitais, cujo desfecho é a escolha de outros objetos sexuais diferentes dos da infância. Além disso, exige-se deste sujeito a reorganização da vida psíquica para o desfecho da vida sexual adulta, sendo que os estágios pré-genitais são como “uma espécie de organização frouxa”, tornando necessária uma nova amarração na puberdade. Freud enfatiza a puberdade como um período crítico, apontando que no momento dessa amarração podem surgir perturbações patológicas decorrentes das novas solicitações da vida sexual: abandono do autoerotismo para o encontro com o objeto e o posicionamento do sujeito no campo da sexualidade, terreno preparado desde as experiências da infância; revivescência do Complexo de Édipo e o desligamento dos pais, a fim de encontrar um objeto amoroso real externo.

Em relação às considerações sobre a adolescência, Anna Freud (1958/1995) e Melanie Klein (1937/1975) seguem a trilha deixada por Freud (1905/1989), entendendo a puberdade como o segundo tempo do despertar da sexualidade, cujo excesso libidinal desestabilizaria as bases obtidas na infância, exigindo novos rearranjos para o pleno desenvolvimento da sexualidade normal. Em virtude desses rearranjos acontecem intensas defesas, para Anna Freud, ou um despertar da angústia, para Melanie Klein. Interessa notar que, ao discorrer sobre a técnica da análise com adolescentes, Klein nos adverte sobre a necessidade de o analista ater-se a métodos analíticos e abster-se de exercer influências educacionais e morais, apoiando-se, principalmente, em associações verbais, pois

“a linguagem é o que capacita o jovem a estabelecer uma relação completa com a realidade” (KLEIN, 1932/1997, p.113). Constata-se, em Klein, a despeito de seu equívoco de supor que a linguagem permitiria uma relação completa com a realidade, a aposta na oferta de recursos simbólicos como modo de acolhimento desse excedente pulsional.

Lacan, por sua vez, pouco tratou da puberdade ou adolescência em seus seminários e escritos, limitando-se a alguns comentários no *Seminário V: As formações do inconsciente* (1957-1958/1999) e em um denso texto sobre o espetáculo *O despertar da primavera* (1974/2003). O autor permitiu, a partir de seu retorno a Freud, situar novas considerações sobre a adolescência. Afinal, privilegiando a puberdade, e não a adolescência, Freud (1905/1989) marcara a insistência de aspectos orgânicos no psiquismo, situáveis, com Lacan, como incidência da dimensão do real, ou aquilo que, por não ser simbolizado, não cessa de não se escrever. A consideração da diferenciação da dimensão do real, em relação àquelas do simbólico e do imaginário, precisaram a distinção, antes nebulosa, entre puberdade e adolescência. Os trabalhos oriundos da perspectiva lacaniana localizaram a puberdade como a época da emergência da genitalidade e do despertar pulsional que a especifica, e a adolescência como a subjetivação dessas transformações, ou seja, o modo como o sujeito responde a essa irrupção de libido (STEVENS, 2004).

A ADOLESCÊNCIA E O LAÇO SOCIAL: O CAMPO DO ATO

Ultrapassando as considerações da problemática adolescente nas defesas ou angústias internas do sujeito, a contribuição de Winnicott localizou a articulação destas com as modalizações familiares de laço, situando a privação e a carência do meio familiar como raiz da tendência antissocial verificada na adolescência. O adolescente busca, por meio dos atos de delinquência, obrigar o mundo a reconhecer sua dívida: “o comportamento antissocial seria uma espécie de S.O.S. para que o adolescente seja controlado por pessoas fortes, carinhosas e confiantes” (WINNICOTT, 1982, p.259), atestando que tal conduta seria uma provocação endereçada à sociedade à qual o jovem, carente de identificações, estaria fazendo um apelo.

Em sintonia à perspectiva winnicottiana, que apontou o apelo do adolescente à sociedade, Lacan considerou que o ato surge como uma forma particular de provocação e um dos modos de se inscrever no Outro. Essa foi uma das modalidades do ato trabalhadas por Lacan no *Seminário X* (1962-1963/2005): o *acting out* como um apelo ao Outro, uma provocação em ato que clama por uma interpretação.

Em suas elaborações, Lacan segue a trilha freudiana sobre a adolescência: é um momento no qual o jovem colocará à prova o título de virilidade dado na

saída do Édipo, possibilitando sua entrada no campo da “sexuação”. É, ainda, um tempo passível de mudanças nas escolhas sexuais, caso algum acidente de percurso venha a ocorrer. Existe, ainda, uma possibilidade de transformação das identificações sexuais.

No encontro com o sexo, verifica-se a impossibilidade da relação sexual, e, diante do que faz “furo no real” (LACAN, 1974/2003, p.558), a saída pode ocorrer pelo encontro com algo que faça as vezes de uma versão do pai, um dos Nomes-do-Pai, que, por meio do semblante, do simulacro, forneça uma sustentação para o sujeito.

Freud indicara um caminho na direção do tratamento deste embaraço adolescente por meio do encontro com uma “figura de peso”, que propiciasse ao jovem separar-se das figuras parentais e encontrar uma regulação pelo pai (FREUD, 1905 e 1914/1989). A teorização de Lacan permitiu ler aí a aposta freudiana pela via dos ideais, da oferta de significantes mestres, através dos quais o sujeito encontra uma trilha, um significante capturado no campo do Outro, que possa aparelhar o excedente pulsional, alojando-o na linguagem.

Assim, tanto o “homem mascarado” (do drama “O despertar da primavera” reportado por Lacan), quanto a “figura de peso” freudiana, podem ser tomados como similares a um dos Nomes-do-Pai: “Mas o Pai tem tantos e tantos que não há Um que lhe convenha, a não ser o nome do nome do nome. Não há Nome que seja seu Nome-Próprio, a não ser o Nome como ex-sistência. Ou seja, a aparência (semblant) por excelência. E Homem Mascarado o diz nada mal” (LACAN, 1974/2003, p.559).

Tomando o real da puberdade como irrupção de um órgão marcado pelo discurso na ausência de um saber sobre o que se pode fazer em face do outro sexo, Stevens aponta que restará a cada um inventar sua própria resposta. Assim, o sintoma da adolescência surge como resposta ao real da puberdade (STEVENS, 2004). Sem uma resposta pronta diante da irrupção hormonal e com o aparecimento dos caracteres sexuais secundários, a imagem do corpo se modifica, a fantasia claudica e falha.

A identificação simbólica também se mostra alterada, pois o adolescente tem que operar uma separação dos pais e, ao mesmo tempo, criar novos ideais — não mais de identificação com o pai, mas a certos traços tomados de outras pessoas (idem). A puberdade é, então, o protótipo da não-relação sexual, da falta de saber, que se reduz à relação com o falo. O gozo sexual se reduz ao gozo fálico, marcado pelo furo que obstaculiza a relação sexual, posto ser do órgão, e não do corpo do Outro, que se goza (LACAN, 1972-1973/1985).

Mesmo havendo saídas factíveis para a adolescência, é também possível que esta não se encerre por completo. Neste caso, para Stevens, a adolescência se prolonga ou deixa lugar a modalidades sintomáticas desvestidas de uma envoltura

significante e estendidas para a vida inteira como modo de gozo organizado pelo sujeito e não mais como fenômenos localizados com certo sentido passível de ser interpretado (STEVENS, 2000). O autor aponta como saída da adolescência a construção de um novo Ideal do Eu, em que o jovem faz uma nova eleição com o significante, podendo ser “um nome, uma profissão, um ideal, uma mulher ou uma missão no mundo: é fazer um sintoma com um envoltório significativo com o qual se pode ter uma satisfação” (idem, p.52).

Considerando a falta de elaboração simbólica suficiente para que o adolescente possa transpor essa situação que o permitiria realizar um trabalho de ligação e contenção da força pulsional, Lacadée situa a emergência do ato:

“Em busca de tutela e autonomia, o jovem experimenta seu estatuto de sujeito — para o melhor ou para o pior. A falta de gosto de viver e a troca com o mundo da palavra revelam a precariedade de se situarem no campo da linguagem. Correr risco revela um sofrimento que pede para ser limitado, regulado, autenticado por uma marca simbólica. Por não ter recebido essa marca, o adolescente a produz, e por aí reivindica ser ouvido na dimensão de seu ato.” (LACADÉE, 2007, p.3)

Enfim, a melhor saída da adolescência é sublinhada por diversos autores pela via do simbólico, mediada por pessoas que possam ser referência ética para o jovem ou, mesmo, de outras maneiras, como por meio do esporte, da arte, estudo, namoro, etc.

Entretanto, na atualidade, não estamos amparados pela força do poder e da ordem simbólica. Ao contrário do mal-estar da época de Freud, estamos em tempos de impasse, em que a linguagem está em questão, sinalizando a era da “modernidade irônica” (LACADÉE, 2006, p.35). O reinado do gozo substituiu o reinado do pai e da transmissão, não favorecendo o engajamento no simbólico.

Para Freud, a supressão dos instintos é regida por ideais. Cada sujeito renuncia a uma parte de seus instintos e, em contrapartida, há um reconhecimento da sociedade, da religião e da lei (1908/1989). Assim, o modo de vida presente na segunda metade do século XIX era orientado pela moral civilizada, que tinha por objetivo instituir o pai como um Outro simbólico absoluto e promover a inibição do gozo.

Por outro lado, a subjetividade de nossa época é marcada por sujeitos ávidos pelo consumo de objetos produzidos pelo mercado, como se estes pudessem tamponar a falta que os ideais não mais recobrem. A busca de uma satisfação imediata com o objeto conduz o sujeito a consumir sempre o próximo objeto, numa busca imediata e desenfreada por uma satisfação plena, que nunca será alcançada.

Para Lacan o mundo capitalista e a homogeneização do universo deixaram o modo de gozo sem referência (1973/2003). De fato, vivemos em uma sociedade na qual já não existem grandes ideais — o que se faz presente é a lógica do individualismo e do consumismo. Como, então, o jovem pode se valer de referências que lhe permitam concluir sua travessia?

Podemos afirmar, então, concordando com Freda, que a clínica do adolescente contemporâneo não pode ser pensada do mesmo modo que aquela da época de Freud, que nos indicava uma saída na direção do tratamento desse embaraço adolescente pelo encontro com uma figura de peso, que orientasse o sujeito (FREDA, 1996). Era uma aposta pela via dos ideais, da oferta de significantes mestres, por meio da qual o sujeito poderia encontrar uma trilha.

Freda e Stevens concordam que o ato infracional na adolescência pode ser um apelo dirigido ao Outro; dessa forma, há um endereçamento preciso, que seria uma tentativa de inscrição no Outro do significante, visando a uma restituição da função do pai (FREDA, 1996; STEVENS, 2000).

Nessa perspectiva, o ato infracional na adolescência estaria mais ligado ao *acting out*, pois seria uma mostração, uma cena montada do apelo dirigido ao Outro.

Por outro lado, a palavra tem sido deixada de lado, propiciando cada vez mais o reinado do gozo, em que se atestam modos inéditos de laço com o Outro, com predominância de sintomas onde a atuação substitui a enunciação. Entretanto, longe do atuar configurar-se como apelo ao Outro, constata-se o contrário, na qual sua direção é a de um modo de gozo autístico, quando não se pede nada ao Outro.

Nas passagens ao ato levadas a cabo por adolescentes, está presente uma força pulsional desligada, impossibilitada de uma mediação simbólica. Assim, Savietto e Cardoso afirmam que a passagem ao ato tem se tornado uma solução cada vez mais frequente na atualidade e apareceria quando os *actings* reiteradamente falham em sua dimensão de convocação, relacionando-os a fraqueza do poder e da ordem simbólica, impedindo uma possibilidade de mediação e contribuindo para a intensificação da situação de desamparo do adolescente (SAVIETTO & CARDOSO, 2006).

A potência desse excedente pulsional na adolescência embaraça o campo do sujeito, fazendo buraco no simbólico. No momento do *embaraço*, nos lembra Lacan, o sujeito tem poucos recursos, está sem movimento, sob a barra. Ele se encontra diante de grande dificuldade, tendo que lidar com uma enorme intensidade de afeto. Entretanto, o acesso do sujeito a um pouco mais de movimento lhe permitirá encontrar, na passagem ao ato, a solução (LACAN, 1962-1963/2005).

Nesse contexto, o ato aparece como uma saída cada vez mais recorrente, pois o Outro é muito inconsistente. O adolescente, diante do excedente de gozo despertado no encontro com o real, e não dispondo do recurso ao Outro do

simbólico, pode descobrir, como solução, a passagem ao ato. A passagem ao ato é esse desligamento radical do Outro. Contrariamente ao *acting out*, que vem no lugar de um dizer, ela é um “eu não quero dizer”, que promove uma separação radical com o Outro, indiferente ao futuro, e colocando em jogo o seu ser, abandonando a dúvida para chegar a uma certeza. São atos que não possuem uma causa aparente, pois se conjugam com o objeto *a* — objeto inassimilável pelo significante — com o que, do real, faz buraco no simbólico.

Os atos ditos “infracionais” dos adolescentes podem ter a vertente do *acting out*, serem um apelo ao Outro nesse tempo de desamparo, constituindo uma tentativa de nomeação frente à falta do Outro. Mas podem, também, ser passagens ao ato, quando o jovem não endereça nada ao Outro: ao contrário, o que se faz presente é uma recusa proferida ao Outro.

Lacan, em *O Seminário*, livro XV: *o ato analítico* (1967-1968/1986) ensina que todo ato verdadeiro comporta uma transformação, uma infração, algo que marca um antes e um depois, um atravessamento. Podemos considerar a adolescência como exemplar para se pensar a questão do ato como um atravessamento. A passagem da adolescência comporta um ato. Ao entrar nesse “túnel perfurado de ambos os lados” (FREUD, 1905/1989, p.195), torna-se necessário sair, renascer de outro jeito: entra-se como um, mas nunca é possível sair do mesmo modo. Esse tempo da adolescência é um tempo de concluir, no qual o sujeito tem pressa, precipitando-se em atos.

Por outro lado, a contemporaneidade é marcada pela banalização do ato. Os adolescentes em conflito com a lei, em grande parte, demonstram, com seus atos repetitivos, uma rotina. Do ato, sabe-se apenas de sua insistência. Nesse funcionamento, os atos, comumente, constituem uma série de tentativas de inscrição. Quando se tornam seriados, eles perdem o caráter de ato e tornam-se atividade rotineira. O ato verdadeiro, aquele propiciador de uma retificação subjetiva, tem um caráter de excepcionalidade e não de habitual, cotidiano. Como recuperar a função do ato quando sua banalização o apaga?

UM TRATAMENTO DO ATO

Um caso clínico atendido pelo programa Liberdade Assistida mostra a tensão entre os aspectos teóricos levantados e uma versão que a sustentação de seu discurso pode configurar, numa prática cotidiana. Esse programa, fruto de uma parceria entre a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte (MG) e o Juizado da Infância e Juventude, para atendimento a adolescentes em conflito com a lei, adotou a orientação psicanalítica no atendimento a esses jovens.

Alexandre, “o catador de papéis”, iniciou o cumprimento da medida de liberdade assistida por causa de um furto. Tinha então 15 anos, residia em um

depósito de papéis no centro da cidade e sua mãe havia falecido há, aproximadamente, três anos, assassinada por seu padrasto. Mostrava-se revoltado com a medida, desabafando que não cumpriria nem um dia a mais do estabelecido pelo juiz. Ficava intrigado com a falta de perguntas da psicanalista, questionando: “...se você é psicóloga, por que não pergunta? Não é assim: você pergunta e eu respondo?”. Diante da resposta de que esta se interessava pelo que ele tinha a lhe dizer, ele retruca: “...um menino que fez um ato infracional — isto é história?”. Foi então pontuado que ele já havia começado a contá-la.

Contou então que sua vida daria um livro; diz que não sabia o fim dela, podia ser para o bem ou para o mal: “...Nasci na maloca e vou morrer na maloca. Tudo o que eu aprendi foi morando na rua”.

Os atendimentos eram marcados por sua fala repetitiva contra a prefeitura e o descaso da sociedade para com os pobres, dizendo de sua raiva dos ricos, que não o enxergavam: “...era como se fosse invisível para eles. Foi preciso fazer um ato infracional para poder ser visto pela sociedade. Antes, eu passava e ninguém me enxergava. Agora, as pessoas me olham com medo”.

A psicanalista procurou conduzir Alexandre na direção da construção de sua história. Em sua escuta foi possível colher essa falta de laço social, sua invisibilidade. A tentativa empreendida pela psicanalista foi, assim, a de produzir esse olhar por meio da presença.

Matriculado, então, na escola, Alexandre receava não dar conta de estudar e trabalhar, pois tinha de fazer a “panha” de papéis. Como reclamava de morar no depósito, foi então sugerido que se dirigisse a um abrigo, o que recusou terminantemente, pois não era um “menino de rua” e sim um “catador de papéis”. Diante disso, aproximou-se de sua avó materna, ex-moradora de rua, passando a dormir em sua casa nos finais de semana.

O cumprimento da medida de liberdade assistida consiste num período mínimo previsto de seis meses, que pode se estender por até três anos. Alexandre vinha cumprindo a medida com responsabilidade, apresentando bons índices de conclusão: não havia reincidido, estava na escola e era assíduo aos atendimentos. Assim, cogitou-se o encerramento da medida, mas ele discordou, pedindo um tempo maior. Sua decisão foi acatada.

Pouco tempo depois foi pego em novo ato infracional — porte de drogas. Mostrou-se envergonhado por sua prisão, pedindo que se verificasse sua situação judicial, dizendo ter que cumprir a medida por mais alguns meses. Alegou que o ato ilegal o levou a ter oportunidades que nunca teria: se não o cometesse, não estaria no Liberdade Assistida, não teria registro. Depois do ato estava no “bom caminho” — “...De qualquer forma, o ato ilegal me trouxe oportunidades: de ter carteira de identidade, de voltar para a escola, de poder vir conversar com você e com a orientadora”.

Mais tarde, ao receber sua certidão de encerramento, perguntou se devia guardá-la. Obteve resposta afirmativa, considerando também que o uso da medida já havia sido feito.

Alexandre manteve um “vínculo frouxo”¹ com o programa por mais algum tempo, aparecendo às vezes para dar notícias: que continuava na “panha de papéis” e também na escola. Ainda dormia em sua “baia” (cubículo onde ficava seu carrinho e em que separava os papéis) quando tinha de trabalhar até tarde da noite, mas nos finais de semana ia para a casa da avó. Estava namorando uma menina e não sabia muito bem o que fazer com ela: “...às vezes não entendiam”, dizia ele, com um sorriso estampado no rosto.

O que um psicanalista pode fazer diante de casos assim? Aqui, pôde-se observar a condução do sujeito na direção da construção de sua própria história. Na escuta de Alexandre, o objeto olhar pôde ser destacado, permitindo fazer uso dele na direção do tratamento: colocar-se no lugar daquele que olha para ele.

Observamos, assim, que o ato vem não somente como expressão do excedente pulsional próprio da adolescência, mas também como uma tentativa de nomeação. Na falta de um “ponto de onde”, ponto de ideal do eu (LACADÉE, 2008, p.230) devido ao trauma do assassinato brutal de sua mãe, e não encontrando outras referências em que se apoiar, ele atua como um apelo desesperado ao Outro, na tentativa de se inscrever no laço social, autonomando-se “um menino que fez um ato infracional”.

Neste caso, pode-se destacar como o ato infracional vem em lugar de um dizer: Alexandre faz o ato para ser reconhecido, para ser visto pelo Outro, pois se sentia invisível ao passar pelas ruas no centro da cidade grande.

Para que Alexandre pudesse encontrar, no cumprimento da medida socioeducativa de liberdade assistida, um ponto de apoio e um lugar para inventar outras nomeações que não pela via da prática de ruptura do laço social, foi preciso acolhê-lo da forma como se apresentava, um resto da sociedade — só depois de ocupar, na transferência, o lugar de objeto olhar, foi-nos permitido agenciá-lo como sujeito causa de trabalho.

Foi apenas a partir dessa posição na transferência que se conseguiu ouvir o “caroço de sua vida”, o ódio de si mesmo que o impelia ao pior, o real que o levava ao ato, deslocando o seu agir como tentativa de ser escutado pelo gosto pelas palavras, e a possibilidade de se inventar um novo enlace com seu objeto a (LACADÉE, 2008). De “menino de rua”, nome que lhe era atribuído pelo campo

¹ O termo “vínculo frouxo” foi trabalhado por Beneti (1996), que o propõe como uma das manobras quanto ao manejo da transferência do psicótico. Neste caso, não se trata de um sujeito psicótico, e o vínculo frouxo funciona, aqui, como uma invenção propiciadora de que o jovem possa se servir de um ponto de apoio, sem se estabelecer uma relação analítica clássica ou uma medida a cumprir.

social, a “catador de papéis”, nome próprio escolhido por ele, que permite que seja olhado pelo Outro e ocupar um lugar e ter uma função no laço social.

O ato de Alexandre comportou um atravessamento, possibilitou que falasse da cena traumática do assassinato da mãe pelo padrasto e a elaborasse por outra senda que não a da posição de dejetos. Foi preciso um ato para que ele se tornasse outro, para que realizasse essa passagem adolescente, localizando um ponto onde pudesse se apoiar nessa travessia tumultuada por entre dois continentes — a infância e a fase adulta —, encontrando, no fim do túnel, um nome próprio, um saber fazer com seu desejo e, desse modo, poder ter uma namorada, entrando na questão do sexo.

A possibilidade de cumprir uma medida socioeducativa em um programa de atendimento, que tem como orientação a psicanálise, permitiu que o adolescente respondesse por seus atos para além da dimensão da culpa e do castigo, introduzindo a faculdade de se construir um lugar de transferência, dando tratamento aos *actings out* e às passagens ao ato pela via da palavra.

CONCLUSÃO

Em referência a entrar nesse “túnel perfurado de ambos os lados” (FREUD, 1905/1989, p.195) torna-se necessário ao jovem sair, o que implica reinventar-se: entra-se de um jeito, mas nunca é possível sair incólume. Esse período da adolescência é um tempo de concluir, e o sujeito tem pressa, precipitando-se em atos. Todo ato verdadeiro comporta uma transformação, uma infração, algo que marca um antes e um depois. (LACAN, 1967-1968/1986). Assim, a adolescência é exemplar para tomar o ato como um atravessamento.

Entretanto, na falta de referências simbólicas que o auxiliem nesta passagem, o jovem pode restringir-se à dimensão do ato como forma de lidar com o mal-estar provocado pela adolescência, pelo encontro sempre faltoso com o sexo e a escolha de sua identidade sexual: o agir dos adolescentes pode ser a última barreira contra a angústia. Diante da vacilação, o ato surge como uma barreira suplementar em que, ao agir, o jovem realiza uma transferência de angústia.

Os atos infracionais dos adolescentes podem ter a vertente do *acting out*, ser um apelo ao Outro nesse tempo de desamparo — uma tentativa de autonomização, diante da falta do Outro. Mas podem, também, ser uma passagem ao ato, quando o jovem não endereça nada ao Outro — ao contrário, o que se faz presente é um não proferido ao Outro (CAPANEMA, 2009).

Somente na consideração detida ao agir de cada adolescente, um a um, as modalidades do ato aparecem e podem vir a ser discernidas. Responder a ele, de modo a enlaçar esses atos ao campo simbólico é a via aqui abordada na aposta de que assim se possa vir a franquear o deslocamento do destino de um sujeito.

Atualmente, o campo social tem rateado na função de humanizar o desejo, estabelecendo a sua junção à lei. Em consequência, na falta do exercício dessa função, o desejo mantém-se na clandestinidade (LACAN, 1958/1998). Esses adolescentes clandestinos fazem ato dessa falha na humanização do desejo.

Desta forma, o trabalho do Liberdade Assistida cumpre algo dessa função de “humanização do desejo”, ou seja, de extrair e fazer prevalecer a humanidade desses sujeitos, antes identificados ao clandestino, mostrando que, quando a lógica do ato é extraída, o sujeito surge na sua humanidade.

Para localizar o embaraço e discernir o ato do adolescente foi necessário constituir, no campo social, “operadores do simbólico” (GARCIA, 2004, p.3). Esse termo, utilizado por Célio Garcia para fazer referência aos técnicos que trabalham na interface direito e psicanálise, mostra aqui o estofo que pode orientar o trabalho com adolescentes.

O programa Liberdade Assistida, da prefeitura de Belo Horizonte, faz parte do aparelho regulador. Os jovens infratores são encaminhados a ele pelo juiz, a fim de cumprirem medida socioeducativa, tendo sua liberdade acompanhada por técnicos “avisados” do inconsciente. Oferece-se aí ao adolescente um lugar para que fale de seu ato, de sua história, apostando que esse ato recorrente possa vir a ser algo transformador. Trata-se da posição ética em que o sujeito consiga responsabilizar-se por seus atos e construa algum saber sobre o que o determina, mesmo que isso se verifique apenas de maneira pontual. Algo novo pode emergir, proporcionando uma pausa, um intervalo, em que ele possa elaborar este momento fundamental e constituinte de sua singularidade, de forma a evitar a repetição alienada de atos sem mediação simbólica no real.

Os atos, comumente, constituem tentativas de inscrição que, quando repetidos, perdem seu lugar de atos e tornam-se rotina. É por perseverar que o jovem é, por vezes, alcançado pelos operadores do simbólico, como no caso descrito. Levando-se em conta a dimensão do singular, recuperar a função do ato apagado pela rotina, de modo a encarar essa situação tão banalizada, significa uma forma de infração por parte dos operadores frente à política universalizante. Afinal, quando os mesmos interceptam a passagem ao ato ou o *acting out*, a recusa ao simbólico pode ser reconfigurada, permitindo a abordagem do ato por aquele que o pratica.

Recebido em 28/9/2009. Aprovado em 6/4/2010.

REFERÊNCIAS

- BENETI, A. (1996) Interpretação na psicose ou manobras da transferência? *Revista Opção Lacaniana*, n. 15, São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise, p.89-95.
- CAPANEMA, C.A. (2009) “As modalidades do ato e sua singularidade na adolescência”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- CHEMAMA, R. (1995) *Dicionário de Psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- FREDA, H. (1996) “O adolescente freudiano”, in _____. *Adolescência: o despertar*. Escola Brasileira de Psicanálise, Rio de Janeiro: Contra Capa.
- FREUD, A. (1958/1995) *Adolescência*. Trad. MEIRA, A.M.G. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, ano 5, n.11, p.66-72.
- FREUD, S. (1989) *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- (1905) “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, v.VII, p.118-230.
- (1908) “Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna”, v.IX, p.185-208.
- (1914) “Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar”, v.XIII, p.281-288.
- GARCIA, C. (2004) *Psicologia jurídica: operadores do simbólico*. Belo Horizonte: Del Rei.
- KLEIN, M. (1932/1997) *A psicanálise de crianças*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1937/1975) *Amor, ódio e reparação*. Rio de Janeiro: Imago.
- LACADÉE, P. (2006) *A modernidade irônica e a Cidade de Deus*. *Curinga*, n.23, Belo Horizonte, Escola Brasileira de Psicanálise, Seção Minas Gerais, p.35-54.
- _____. (2007) O risco da adolescência, *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 16 jun. 2007. *Caderno Pensar*, p.3.
- _____. (2008) O púbere em que circula o sangue do exílio e de um pai. *Revista Estudos Psicanalíticos*, ano 1, n.2, Belo Horizonte, Publicação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, p.229-238.
- LACAN, J. (1957-1958/1999). *O seminário V: As formações do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1958/1998) “Juventude de Gide ou a letra e o desejo”, in *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1962-1963/2005) *O seminário X: A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1967-1968/1986) *Seminário Livro 15: El acto psicoanalítico*. Buenos Aires: Paidós. CD-ROM.
- _____. (1972-1973/1985) *O Seminário XX: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- _____. (1973/2003) “Televisão”, in *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1974/2003) “Prefácio a *O despertar da primavera*”, in *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- SAVIETTO, B.B.; CARDOSO, M.R. (2006) *Adolescência: ato e atualidade*. Revista *Mal-estar e Subjetividade*, v.6, n.1, Fortaleza, Universidade de Fortaleza, p.15-43.
- STEVENS, A. (2000) “Nuevos sintomas en la adolescência”. Revista *Lazos*, n.4, Rosário, Escuela de La Orientación Lacaniana, Sección Rosário, p.49-56.
- _____. (2004) *Adolescência, sintoma da puberdade*. *Curinga*, n.20, Belo Horizonte, Escola Brasileira de Psicanálise, Seção Minas Gerais, p.27-39.
- WINNICOTT, D.W. (1965/1982) *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: LTC.

Carla Almeida Capanema
cacapanema@uol.com.br

Angela Vorcaro
angelavorcaro@uol.com.br